

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Biblioteca Nacional de Portugal (1796 –)

Num enquadramento temporal de cerca de dois séculos, marcado pelas vicissitudes próprias da evolução histórica portuguesa, com forte predomínio da dimensão política sobre as realizações culturais. De 1796 a 1976, a Biblioteca Nacional foi gerida por 18 diretores, em 21 direções com duração e projetos diferentes. Muito distinta era a formação académica e a experiência profissional de alguns desses indivíduos que estiveram à frente dos destinos da maior e mais importante biblioteca do país.

É difícil e talvez menos relevante, encontrar uma matriz ideológica e política comum, mesmo porque se atravessaram vários regimes políticos, ao contrário do que sucede com a inclinação académica para os estudos literários, bibliófilos ou históricos, aliados ao desempenho de funções, cargos públicos e/ou políticos, fossem professores, deputados ou jornalistas. Um dado que se revela coerente com a natureza pública que esteve, desde o início, inerente à constituição desta biblioteca, por influência das congéneres surgidas na Europa das Luzes, o contexto cultural que acolheu estas iniciativas.

Não obstante, importa pensar que as raízes mais profundas da Biblioteca Nacional mergulham na criação da Real Mesa Censória (1768), uma instituição oficial estabelecida com o propósito de garantir a censura dos livros, funcionando, simultaneamente, como depositária das livrarias da extinta Companhia de Jesus, composta por mais de 60.000 volumes e assegurando a administração do subsídio literário para custear a instrução. Neste empreendimento destaca-se a figura de Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas que associou o exercício das funções de presidente da Real Mesa Censória (1770-1777) ao mecenato literário. A sua ação em prol das bibliotecas levou Raúl Proença a compará-lo a A. Carnegie, uma personalidade americana de grande relevo, no início do século XX.

Com a extinção da Mesa Censória, a instituição literária alcança autonomia, criando-se a Real Biblioteca Pública da Corte, em 29 de Fevereiro de 1796, no reinado de D. Maria I, sob a tutela de António Ribeiro dos Santos, formado em leis e reconhecido bibliófilo, com experiência adquirida na organização da Biblioteca da Universidade de Coimbra. De certa forma, podemos considerar que a dimensão pública da Biblioteca Nacional conseguiu sobrepor-se à vertente de censura das leituras disponibilizadas para um público mais alargado. Recorde-se a existência, nessa época, de outras bibliotecas de natureza



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

semelhante: a British Library (fundada em 1700), a Bibliothèque Nationale de France (declarada propriedade nacional em 1792) ou a Biblioteca Nacional da Hungria (1802).

A nomeação do bibliotecário – mor e de um 2º bibliotecário para esta instituição, apoiados noutros quadros administrativos, deu lugar ao início do ciclo fundacional da Biblioteca, que aspirava a tornar-se na maior Biblioteca Pública do país, um desiderato que não foi alcançado no período de cerca de 20 anos em que António Ribeiro dos Santos esteve à frente da Real Biblioteca, não por falta de iniciativa do seu responsável, mas por contingências próprias da evolução política do país, que se viu apartado do poder central com a saída da família real para o Brasil, na sequência das invasões francesas.

Na constituição do núcleo inicial da primeira Biblioteca Pública portuguesa releva-se, por um lado, a sua radicação em Lisboa, no Terreiro do Paço e, por outro lado, o facto de seguir a organização dos saberes em voga na sociedade científica europeia contemporânea. O sistema de classificação bibliográfica utilizado, ao qual foram introduzidas algumas alterações de nomenclatura pelo decreto de 1836, contemplava uma divisão em 12 secções, associando também à numeração das salas, a saber: História (salas 1ª e 2ª); Belas Letras (sala 3ª); Ciências Naturais e Artes (sala 4ª); Ciências Cívicas e Políticas (sala 5ª); Ciências Eclesiásticas (salas 6ª a 9ª); Poligrafia (sala 10ª); Manuscritos e Antiguidades (salas 11ª e 12ª).

A consistência do sentido público desta biblioteca foi posta em causa pela organização de uma outra Biblioteca Real, sedeadada na Ajuda. Uma concorrência excessiva num período que facilitou a repartição do património bibliográfico, até pelo transporte para o Brasil da Livraria Real, que deu origem à Biblioteca Real (pública) do Rio de Janeiro (1809), constituída por inúmeras obras que não retornaram a Portugal com o regresso de D. João VI.

A relevância da ação benemérita dos seus fundadores está patente na constituição do fundo inicial do qual faziam parte, para além dos livros da Real Mesa Censória e a livraria da extinta Academia Real de História, as doações de Frei Manuel do Cenáculo, a que se juntariam os livros de Ribeiro dos Santos e também as aquisições que conseguiu fazer durante a sua gestão. A esta composição faltavam, porém, livros modernos de Ciências e Geografia.

Apesar do reconhecimento público, legitimado pela presença de destacadas figuras intelectuais daquele tempo, em que se destaca a visita da Marquesa de Alorna (16/10/1797), a Biblioteca Nacional afigurava-se comprometida na sua continuidade, quer pela imposição de se reconstituir a biblioteca erudita da Ajuda à custa do seu acervo, quer pela manifesta concorrência do Arquivo da Torre do Tombo. Foi fundamental a ação dos sucessores de António Ribeiro dos Santos que estiveram à frente dos destinos da Real Biblioteca Pública até ao final da Guerra Civil, assegurando o crescimento do seu acervo e o alargamento do horário, apesar das dificuldades com que se debatiam.

À semelhança do seu antecessor, Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo mostrou vontade de contribuir pessoalmente para reforçar o espólio da Biblioteca, tornando-se seu doador, mas com a reserva



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de não ser afastado do cargo, o que acabou por acontecer, levando-o a desviar o património para a Academia (Real) das Ciências. Foi uma das situações em que os destinos desta instituição científica, assim como aconteceu com a Sociedade de Geografia, se entrecruzaram com o percurso da Biblioteca Nacional. De registar o papel relevante desempenhado por J. J. Ferreira Gordo na organização do acervo documental da Academia de Ciências, em particular na investigação levada a cabo na Torre do Tombo e noutros cartórios a nível nacional, excetuando o Alentejo, controlado por Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas.

O acervo da Biblioteca Nacional constituiu-se em larga medida com a herança recebida dos extintos conventos que começaram a ser integrados em 1834, durante o curto mandato de Joaquim Larcher, continuando depois com Vasco Pinto de Sousa Coutinho Balsemão, de forma mais estruturada, através do serviço criado para o efeito, DLEC, sediado no edifício do Convento de S. Francisco, onde passou a funcionar a Biblioteca Nacional de Lisboa, assim designada pelo Decreto de 7 de Dezembro de 1836.

Às direções de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1843 – 1847), intercaladas pela breve administração de António de Oliveira Marreca (1846) - um especialista em assuntos económicos e discípulo de Alexandre Herculano no romance histórico -, coube a definição do plano de ação e desenvolvimento da Biblioteca Nacional, nas matérias essenciais que se prendem à expansão e organização do acervo, incluindo uma estratégia de aquisições com o dinheiro da venda de obras duplicadas e subsídios recebidos, tendo em conta as disponibilidades apresentadas nos leilões.

A experiência adquirida na Torre do Tombo, onde a inventariação dos problemas encontrados dera lugar a um relatório que servirá de modelo para o que será elaborado logo no final do 1º ano à frente da Direção da Biblioteca Nacional (1844), permitiu destacar as preocupações com o espaço e com a catalogação das espécies, além das ações empreendidas no sentido de reforçar o controlo do Depósito Legal (instituído em 8 de Junho de 1796), quadruplicando o número de obras para a Biblioteca Nacional. Regista-se, igualmente, um olhar atento ao funcionamento da sala de leitura: o público, as obras consultadas e os horários preferidos.

Também José da Silva Mendes Leal, considerado “um dos profetas maiores” da sua geração literária (Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico* t.5, pp.127-133), exerceu duas vezes o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, intercalando com a atividade política, como deputado às Cortes, e a representação em associações de carácter científico e cultural.

No período intermédio, a direção da BN foi assegurada por José Canaes de Figueiredo Castelo Branco (1851-1857), autor de monografias de carácter histórico, incluindo um trabalho sobre as relações de Portugal com a Síria, desenvolvido a partir das Memórias da Real Academia de História de Madrid, e uma investigação sobre os primórdios da história peninsular. Realizou também alguns estudos biográficos sobre pessoas que integravam a história da Biblioteca Nacional. Esta, apesar das contingências específicas vivenciadas, registou um assinalável crescimento, duplicando os fundos impressos, desde o “Balanço”



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

efetuado, em 1843, por V. Pinto Balsemão, até ao final da sua gestão, quando atingiu os 147 mil volumes, sem contar com os do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), que perfaziam um quantitativo aproximado.

A composição deste espólio era muito irregular, tendo sido feito um esforço para inventariar, catalogar e apreciar todos os documentos, um trabalho assumido por J. S. Mendes Leal, no seu segundo mandato, através de uma Comissão nomeada para o efeito, que mobilizou bibliotecários e bibliógrafos, conhecidos redatores de catálogos de leilão, que facilitaram também a concretização de um objetivo posterior: promover a venda de livros em língua estrangeira (espanhol e sobretudo latim – 19 mil obras), de forma a poder investir na compra de volumes novos para a Biblioteca Nacional. Findada a complexa intervenção de inventário, catalogação e venda (em lotes e a peso), o balanço saldou-se numa assinalável diferença entre as 183 mil obras recebidas em 1841 e as 13 mil restantes no Depósito, em 1865.

Não obstante, a direção de Mendes Leal foi amiúde entrecortada pelo exercício de outras funções e, na sua ausência, as decisões competiam a António da Silva Túlio, escritor e historiador, a trabalhar na Biblioteca Nacional, desde 1844, como oficial, conservador e bibliotecário, sucessivamente, até chegar a exercer, interinamente, as funções de direção, na ausência do bibliotecário-mor.

Em termos de organização a biblioteca não sofreu alterações apreciáveis, sendo três as repartições: Ciências e Artes, História e Literatura, Manuscritos e Numismática. As mudanças de monta surgiram com António José Enes, o diretor que sucedeu a Mendes Leal, desde Setembro de 1886. Na sua vigência foi criada a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Públicos (29 de Dezembro, 1887), integrada por um inspetor da Biblioteca Nacional e outro da Torre do Tombo. O catálogo coletivo constituía uma das incumbências deste órgão, assim como lhe cabia fomentar o empréstimo entre bibliotecas e desenvolver a formação técnica dos bibliotecários e arquivistas.

Até esta data, a administração literária e económica da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) esteve a cargo de um Conselho superintendido pelo bibliotecário-mor que passou, então, para a dependência da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, situação que se manteve até à reorganização introduzida pelo decreto de 24 de Dezembro de 1901 que veio reforçar o poder de fiscalização do bibliotecário-mor, colocando-o na dependência direta do Ministério do Reino e concedendo-lhe amplas atribuições sobre a generalidade das bibliotecas denominadas públicas. Para a BNL foi criado o cargo de diretor, responsável pela administração geral, pelo cumprimento das disposições regulamentares e de todas as ordens emanadas do bibliotecário - mor, a quem ficava obrigado a prestar informações sobre os serviços, através de um relatório trimestral.

As mudanças técnicas operadas na curta direção de António Enes traduziram-se num diferente quadro orgânico das Bibliotecas e Arquivos, com novas nomenclaturas, além da criação do curso de bibliotecário-arquivista, onde regeu a cadeira de bibliologia. Licenciado no Curso Superior de Letras, jornalista, dramaturgo e co-autor de uma História de Portugal, conhecido sobretudo pelas suas lides no campo da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

política colonial, aproveitou esta promoção facultada pelos seus correligionários progressistas para se entregar mais à biblioteconomia.

A missão da Biblioteca Nacional foi clarificada na legislação de 31 de Dezembro de 1863 e sublinhada pela lei de 29 de maio de 1884, destacando-se dois aspetos essenciais e correlacionados: a consideração da “leitura pública” como uma das funções da BNL e o seu alargamento a todas as pessoas, sem exceção de classe, acauteladas as formalidades inerentes ao cuidadoso empréstimo de livros. A existência de um horário noturno de leitura, mesmo que limitado a duas e depois três horas, é reveladora do carácter público da Biblioteca Nacional. Esta linha de funcionamento manteve-se até ao final do período monárquico, tendo sofrido depois alguma oscilação, consoante a orientação política dos governos republicanos.

A continuidade da obra iniciada por A. Enes foi assegurada durante o mandato de diretor do erudito, Gabriel Pereira, que exerceu este cargo por 15 anos, o tempo suficiente para proceder a uma “arrumação” das várias secções da BNL e desenvolver estudos de carácter histórico, como forma de divulgação dos fundos da Biblioteca, nomeadamente o que dizia respeito aos Alcobacenses.

Admitido em 1887 para executar trabalhos bibliográficos na Biblioteca Nacional de Lisboa, Gabriel Pereira acabou por suceder a António Enes, colocando ao serviço da BNL os seus conhecimentos literários, bibliográficos e historiográficos, profusamente fixados em pequenas monografias sobre temas da história local (Ericeira, Carnide, S. Domingos de Benfica, entre outros, para além de uma vasta e sólida investigação sobre Évora, a sua terra natal) e vários artigos publicados em diferentes periódicos. Neste domínio destaca-se a sua ação como diretor do *Boletim da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses*, uma instituição que lhe prestou sentida homenagem, aquando da sua morte em 16 de Dezembro de 1911. À semelhança do seu antecessor, Gabriel Pereira foi depois nomeado Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos (13 novembro 1902) e, pelo decreto de 18 de março de 1911, foi colocado como Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. No âmbito destas funções apresentou uma tese ao Congresso Nacional sobre Arquivos Nacionais, realizado em 23 de maio de 1910, onde deixa bem claras as suas críticas à gestão do Arquivo da Torre do Tombo, por falta de pessoal e com más remunerações, além das deficientes condições logísticas em que se encontrava o espólio deste arquivo nacional. Entre as ideias apresentadas, consta também a criação de arquivos distritais, bem como a ampliação do curso de bibliotecário-arquivista. A sua postura crítica denota a vontade de introduzir mudanças nas duas grandes instituições que tutelava, a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional, onde investiu consideravelmente na vertente científica e de uma divulgação especializada, através da organização de exposições bibliográficas sobre personalidades da cultura portuguesa (Pde. António Vieira; Almeida Garrett, etc.).

Este trabalho consolidou-se com a publicação do *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, depois conhecido como *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, e prosseguiu com os trabalhos do Xavier da Cunha, o cirurgião da Marinha que se assumiu preferencialmente como jornalista, escritor, bibliógrafo e poeta, usando



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o pseudónimo Olímpio de Freitas. Entrou na BNL em 1886 como segundo conservador, ascendendo depois a diretor (1902). Foi uma direção norteada pelo pendor particularmente intelectual, erudito, do seu responsável, patente na preocupação com o reforço do acervo, mas também do controlo da capacidade técnica do pessoal, por ele acusado de laxismo, e da restrição do acesso a pessoas de estatuto intelectual inferior.

Na sua conceção a Biblioteca Nacional deveria servir apenas os investigadores, os eruditos e diletantes das letras, opondo-se terminantemente a uma visão mais ampla de divulgação da leitura, que se designava por pública. Nessa linha, Xavier da Cunha defendia um horário exclusivamente diurno, justificando o fecho à noite por razões de segurança, que se prendiam sobretudo à iluminação a gaz, a que se aliavam argumentos relacionados com a contenção de despesas, usados também para justificar o encerramento nos meses de agosto e setembro, quando a frequência era mais escassa. As suas ideias acerca de uma utilização mais seletiva da Biblioteca Nacional não significavam um desinteresse pela divulgação literária e científica às camadas mais desfavorecidas da população, como se depreende pelo papel dinamizador de uma das mais importantes coleções populares, a *Biblioteca do Povo e das Escolas*, uma obra que ajudou a lançar (1881), não somente como amigo do editor, David Corazzi, e seu colaborador, mas também como diretor literário, colocando nesse empreendimento o mesmo cuidado que o acompanharia na direção da BNL. Significativamente, o 1º opúsculo era da autoria de Xavier da Cunha e intitulava-se *História de Portugal*, muito embora não fosse essa a sua área de especialização. Outrossim, a ligação desta publicação à BNL estabeleceu-se através da matéria publicada por Gabriel Pereira, seu diretor nessa data.

Entre os colaboradores que manteve na Biblioteca Nacional, figurou Augusto Pereira de Bettencourt Ataíde, o concorrente selecionado para o cargo de 2º Conservador da BNL, no início do ano de 1903, cuja ação em prol da defesa da leitura pública extrapolou as linhas norteadoras definidas por Xavier da Cunha, como ficou patente na resposta dirigida ao superior hierárquico, que acusa de “rigores ultramontanos”, a propósito das restrições impostas contra a denominada “invasão de bárbaros”, e que foi publicada, em 1905, num texto intitulado *A Leitura Pública na Biblioteca Nacional de Lisboa*. Vivificando as suas convicções, Bettencourt Ataíde tornou-se, num período posterior, o responsável pela criação das bibliotecas móveis (1915).

Com o advento da I República, a administração da Biblioteca Nacional mudou inteiramente de rumo, consequência não apenas da legislação publicada (decreto de 18 de Março de 1911) mas sobretudo das características do novo diretor, Faustino da Fonseca, um republicano com uma visão mais radical da política de vulgarização da leitura e do papel a desempenhar pela primeira Biblioteca de Portugal. Imbuído do ideal de popularização da cultura, abriu as portas da BNL a todos os potenciais leitores, alargando o horário e incentivando ao empréstimo domiciliário, o que se traduziu num aumento muito significativo dos leitores: os números praticamente duplicaram entre os anos de 1910 e 1911, para grande regozijo do diretor que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

escorava as suas medidas num argumentário político anti-monárquico e em exemplos de países estrangeiros evoluídos.

À parte os excessos panfletários ditados pelo radicalismo político de Faustino da Fonseca, o confronto de argumentos que acompanhou a mudança do poder, contribuiu para um melhor conhecimento da situação real das bibliotecas e fomentou o debate sobre o significado da dualidade popular / erudita que marcou o desenvolvimento cultural e em particular o das bibliotecas, ao mesmo tempo que permitia discutir o verdadeiro alcance do sentido da leitura pública.

O historiador e ensaísta Fidelino de Figueiredo sucedeu a Faustino da Fonseca (1918), destacando-se como homem das Letras e da Cultura, num cruzamento da literatura com a filosofia, pelo rumo que deu à sua atividade profissional durante o exílio a que se votou a partir de 1927, que o levou até aos EUA, México e Brasil, onde exerceu a docência por muito mais tempo. Foi responsável, conjuntamente com Cristovão Aires, David Lopes e José Leite de Vasconcelos, pela criação da Sociedade Nacional de História (depois Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos), entre abril e maio de 1911, ainda num período anterior a ter assumido a direcção da Biblioteca Nacional. Exerceu este cargo por duas vezes, de 1918 a 1919 e depois em 1927, intercalado pela direcção de Jaime Cortesão.

A sua participação no “golpe dos Fifis”, com Filomeno da Câmara, em 12 de agosto de 1927, no sentido de derrubar a ditadura militar, deixou-o de costas voltadas para o novo regime, mesmo que sem um entendimento perfeito com os republicanos liberais com alguns dos quais teve, aliás, as suas polémicas, nomeadamente com o denominado “Grupo da Biblioteca”, em particular Raul Proença e Jaime Cortesão.

Médico de formação mas sobretudo intelectual, politicamente engajado na defesa dos ideais republicanos e na promoção cultural, Jaime Cortesão aliou a força da palavra a uma ação consistente, envolvendo-se em diferentes iniciativas, como a criação das revistas *Renascença Portuguesa*; *Lusitânia*; *Seara Nova* e a Universidade Popular do Porto. A sua participação na I Guerra Mundial como médico voluntário valeu-lhe a Cruz de Guerra e, ao regressar, foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional, onde protagonizou um importante debate de ideias sobre o sentido desta instituição, dando espaço às opiniões dos seus colaboradores, em particular Raul Proença, e outros companheiros de lides políticas que, tal como Cortesão, tiveram que se exilar depois do triunfo da Ditadura Militar (28 de maio 1926) que abriu caminho ao Estado Novo salazarista. Não obstante a relevância da sua ação política e cultural, foi a obra historiográfica que consagrou Jaime Cortesão, uma vocação revelada durante o exercício das suas funções como diretor da BNL e, certamente, uma forma de aliar o sentido da sua intervenção cívica e política, à sua mundividência, amplificada pelo contacto direto com as fontes e documentos de que se tornou fiel guardião no exercício do cargo de diretor da Biblioteca Nacional.

A dinamização da Biblioteca Nacional durante a direcção de Jaime Cortesão contou particularmente com a ingerência de Raul Proença que conhecia os cantos à casa, desde a sua nomeação como segundo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

conservador (1911), tendo acompanhado as gestões antagónicas de Faustino da Fonseca e Fidelino Figueiredo, mantendo-se firme na senda de uma necessária reforma dos serviços técnicos da BN, incluída a uniformização da catalogação que se encontrava dispersa por múltiplos catálogos diferentes. O empenho nesta vertente mais técnica valeu-lhe o epíteto de “génio do verbete” e arrastou-o para um conjunto de polémicas que, embora centradas no seu desempenho profissional, tiveram um enquadramento político marcante e diversos interlocutores, para além de Fidelino Figueiredo que ocupou o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, substituindo Jaime Cortesão, quando este foi compulsivamente afastado das suas funções, tal como Raul Proença, na sequência do envolvimento nos acontecimentos revolucionários de Fevereiro de 1927.

Não obstante, se a dimensão política se impôs à natureza cultural das questões em debate no denominado “Caso da Biblioteca”, a verdade é que esta foi uma forma de trazer para a ribalta a discussão sobre o sentido da biblioteca pública e da organização técnica do acervo documental. O confronto de ideias sobre a articulação entre o erudito, o popular e o público, teve a Biblioteca Nacional como principal enfoque.

A ditadura militar imposta pelo golpe de 28 de maio de 1926 trouxe para a direção da Biblioteca Nacional o tenente - coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, que aliou a sua ação no âmbito da defesa militar à prática da investigação histórica. Este diretor dedicou-se sobretudo à história militar mas desenvolveu também trabalhos no domínio da história medieval, destacando-se os estudos sobre a ação de D. Afonso Henriques e, em particular, o episódio da batalha de Ourique, a propósito do qual estabeleceu alguma polémica com as ideias defendidas por Herculano, proporcionando-lhe um lugar entre os especialistas do tema. O cargo de diretor da Biblioteca Nacional, exercido entre 1928 e 1950, facilitou-lhe o acesso à documentação, permitindo escrever muitos dos seus trabalhos, cuja qualidade lhe valeu ser considerado uma autoridade no campo da história militar medieval e um convite para integrar a Academia das Ciências de Lisboa como sócio efectivo, em 1955, ocupando a cadeira deixada vaga por António Ferrão, tornado sócio emérito. Da sua atividade releva a publicação de várias obras, bibliografias, catálogos e a inventariação dos fundos da Biblioteca Nacional.

Foi durante o seu mandato que se publicou o Decreto-Lei 19.952 (27/6/1931), responsável pela reorganização das Bibliotecas e Arquivos, simplificando os serviços e reduzindo os seus custos, dando-lhes uma configuração distinta mas que, na prática, permitiu sublinhar o conceito de biblioteca patrimonial, “cofre”, “reserva”, atribuído à Biblioteca Nacional, por oposição à conceção popular, de acesso livre e fácil para todos e definindo a separação dos serviços administrativos e técnicos. A BNL é considerada um “repositório central e nacional” da Livraria Portuguesa, centralizando a bibliografia portuguesa e o registo do direito de propriedade dos autores. Não obstante a grandeza da sua missão, a Biblioteca Nacional não possuía condições logísticas para garantir o cumprimento do que lhe fora cometido pela legislação oficial. Para comprová-lo foi feito o registo fotográfico de alguns livros e documentos do seu espólio, parcialmente



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

carcomidos pelos bichos, e outros arrumados sem cuidado em estantes desarranjadas: um inventário da miséria que marcou a vida dessa instituição, semelhante ao que fora revelado por Jaime Cortesão quando assumiu a direção da Biblioteca.

A década de 1950 iniciou-se com a breve administração de João Martins da Silva Marques. Arquivista de ofício e historiador deixou o cargo por ter sido nomeado para a Faculdade de Letras de Lisboa, para lecionar a cadeira de Paleografia e Diplomática, fazendo jus à sua inclinação preferencial, evidenciada na escolha do sucessor: o discípulo Manuel Santos Estevens, que se manterá à frente dos destinos da BNL, até ao 25 de Abril de 1974.

A regulamentação da leitura pública na Biblioteca Nacional, plasmada na Ordem de Serviço nº 1.060, assinada por Silva Marques (16/10/1950), assim como as palavras por ele expressas, num contexto de agradecimento, aquando a sua despedida das funções de diretor da Biblioteca Nacional, deixam transparecer os problemas que aí se viviam, decorrentes em larga medida das características do espaço e do funcionamento, e sublinham a natureza científica da sua missão: uma “austera casa de estudo” ao serviço dos homens de ciência. As críticas ao funcionalismo deficiente são comuns a um certo grupo de intelectuais deste período, mesmo tentando poupar o regime e os seus líderes.

Se tivermos em conta que a BNL mantinha um horário de leitura noturna (20h – 23h), exceto durante os meses de agosto a setembro, pode entender-se haver aqui alguma contradição com outras posturas anteriormente defendidas, uma vez que a leitura à noite tenderia a servir os elementos da classe trabalhadora, o que também está patente na preocupação com a aparência física dos leitores e, em especial, a sua indumentária.

Diretor da Biblioteca Nacional por mais de duas décadas, Manuel Santos Estevens, um “simples funcionário público” com a missão de defesa e preservação do património histórico e artístico de Portugal, como gostava de se definir, intentou aliar a formação científica no domínio da história com o curso de bibliotecário-arquivista, empenhando-se diretamente nas tarefas de inventariação do espólio artístico e documental. Foi durante a sua gestão que se desbloqueou um dos maiores problemas da BNL: a mudança de instalações para o edifício da autoria do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, localizado no Campo Grande - Lisboa, que tardou mais de um século a ser concebida e demorou cerca de 17 anos a construir. A inauguração da nova Biblioteca Nacional só veio a acontecer em 10/4/1969, contando com presença do presidente da República, almirante Américo Tomás, e a bênção do cardeal Cerejeira. Os discursos foram partilhados pelos ministros das Obras Públicas e da Educação. Este último, José Hermano Saraiva, viria a ter um papel de relevo na comunicação (e popularização) da História de Portugal.

A “Revolução dos Cravos” impôs mudanças na direção da Biblioteca Nacional, com a nomeação de A. H. de Oliveira Marques, a 12 de Novembro de 1974, quando era ministro da Educação e Cultura outro historiador de renome, Vitorino Magalhães Godinho, posteriormente diretor da BNL (1984). Os tempos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

conturbados que então se viviam, no período pós-revolucionário, marcado pela instabilidade política e pela sucessão de governos, dificultaram a concretização dos projetos de Oliveira Marques.

Uma vez mais, a organização do catálogo nas suas diferentes secções ocupou a atenção dos responsáveis pela BN, mas nesta etapa a novidade foi permitir aos leitores o acesso direto ao catálogo geral, o que era coerente com as novas orientações biblioteconómicas. As ambições do historiador, emérito investigador no domínio da história medieval e da história da I República, eram bem mais amplas e profundas, centrando-se na organização de catálogos específicos, facilitadores da identificação das obras existentes. Para tal empreendimento conseguiu recrutar mais de uma vintena de bolseiros apoiados pelo Instituto de Alta Cultura.

Identificada com o espírito de cidadania dominante, a Biblioteca Nacional acolheu neste período uma exposição sobre eleições para Assembleias Constituintes, estruturada pelo saber histórico e sensibilidade pedagógica do seu diretor. As datas em destaque - 1820, 1836 e 1911 - permitiam chamar a atenção para outros momentos importantes da História de Portugal, cumprindo o propósito enunciado de que “uma biblioteca nacional deve ser um mundo de actividades culturais”, aliado a outro, relacionado com a vertente descentralizadora da sua política, justificada pela mostra, no Porto, dessa mesma exposição.

A emergência do V Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves e as marcas que se faziam sentir na intervenção política, causaram uma significativa estranheza e esfriaram o entusiasmo de Oliveira Marques na direção da BN de onde se afastou, em Julho de 1976, apesar de não ter pedido logo a exoneração do cargo, impedindo assim uma substituição imediata, que só viria a ocorrer em 1980. Este facto é alvo de crítica pelo seu sucessor, João Pedro Palma-Ferreira, que releva o sentido político da nomeação, associando-a ao caso do republicano Faustino da Fonseca e a uma visão popular da BNL, sem ambições, estagnada para a resolução dos problemas. Na opinião de Palma Ferreira, o período entre 1974 e 1979, correspondente à direção de Oliveira Marques e à Comissão de Gestão e de Reestruturação, criada pelo decreto-lei nº 159/78 de 4 de Julho, colocou a BNL ao sabor de “perturbações e indecisões internas e externas”, dada a “ausência de orientação e da incapacidade organizativa”. Muito crítico relativamente a Oliveira Marques, não deixa, porém, de reconhecer que o insucesso da BNL era de carácter estrutural e advinha de problemas como a falta de pessoal, a ausência de autonomia administrativa, para além das questões técnicas relacionadas com a deficiente organização dos catálogos, que inibiam a integração da Biblioteca Nacional nas novas rotas da biblioteconomia informatizada.

Neste olhar de relance para dois séculos de existência da BNL / BNP, importa salientar algumas questões estruturantes do seu funcionamento, marcado por uma ação desenvolvida por homens com formação na área do conhecimento histórico e literário, aliado a outros saberes de carácter prático, no domínio do arquivismo e da biblioteconomia, necessários para uma melhor administração da Biblioteca Nacional. Da gestão das sucessivas incorporações de obras pertencentes às ordens religiosas, em suporte papel e quadros, dão-nos conta os primeiros diretores da BNL, com destaque para José Feliciano de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Castilho que, no seu relatório, refere um vasto conjunto de 991 telas, grande parte posteriormente destruída, em virtude de se encontrarem deterioradas. Nas mudanças de um para outro espaço, procurando o local mais adequado a este tipo de património, a BNL ficou apenas com retratos de personalidades ligadas ao mundo literário, que constituíram tema do relatório de vários diretores que se sucederam até ao final da monarquia. Depois de proclamada a República, a maioria dos retratos foi encaminhada para a Academia de Belas Artes de Lisboa, regressando à Biblioteca Nacional poucos anos depois (1915), sob intervenção do Inspetor Geral, Júlio Dantas.

No âmbito do desenvolvimento das suas funções como Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, Júlio Dantas teve algumas intervenções importantes, destacando-se as que estão relacionadas com o serviço de incorporações e com a criação de um Posto de Saneamento e Desinfeção de Livros, na Biblioteca Nacional de Lisboa (1914). Esta medida terá sido insuficiente se atendermos às imagens denunciadas por Jaime Cortesão, mostrando o estado lastimoso em que se encontrava o acervo da BNL, destruído pelos bichos, dada a falta de condições para a sua conservação, reclamando por isso uma sala condigna para a leitura pública na Biblioteca Nacional. A sua intervenção, consistente e duradoura, não obteve os resultados desejados e os problemas logísticos e organizacionais da primeira biblioteca do país arrastaram-se por décadas.

A questão da leitura pública e o papel da Biblioteca Nacional nesta matéria dividiu a massa intelectual em dois grupos distintos: os defensores da plena abertura da BNL, entre os quais campeava o primeiro diretor republicano, Faustino da Fonseca, juntando-se-lhe também Bettencout Ataíde e Álvaro Vicente Lial (bibliotecário da BNL) e, num lado oposto, os que pugnavam pela separação entre erudito e popular, ainda que apresentando planos e projetos distintos, como Júlio Dantas ou Raúl Proença.

Outrossim, António Ferrão, ao serviço da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos desde o início da República, foi apresentando diagnósticos detalhados e fundamentados da situação das bibliotecas e particularmente da BNL que, a avaliar pelo que era apontado pelos responsáveis, parecia ter deixado que o seu acervo crescesse desmesuradamente, sem que tivessem sido criadas as condições necessárias para o tratamento conveniente dos diferentes documentos ou fosse sequer garantida a mais elementar manutenção de tão valioso espólio. Faltava também um plano para disponibilizar ao público as obras existentes na Biblioteca Nacional, permitindo-se que a sua utilização oscilasse entre políticas de ocultação e de vulgarização, a ponto de tornar este instituto de leitura num “organismo andrógino”, segundo a opinião do inspetor supramencionado.

A política dicotómica baseada num forte sentido de preservação do carácter erudito da Biblioteca Nacional conduziu à criação da BPL (Biblioteca Popular de Lisboa) que manteve, contudo, uma ligação umbilical com a BNL, facto que incomodava a todos que defendiam uma melhor clarificação das funções de ambas as bibliotecas.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A direção da Biblioteca Nacional esteve sempre à mercê de vontades políticas, traçadas pela sucessiva mudança de governos na fase da sua instalação, quando lhe competia uma função de grande importância, como era a incorporação dos fundos bibliográficos provenientes das livrarias conventuais entretanto extintas e, posteriormente, durante a I República quando, para além de se ter imposto uma situação semelhante, a BNL foi palco de confrontos políticos e ideológicos gerados por visões distintas acerca do seu papel na difusão da leitura pública. Esta problemática deixou um rasto que se prolongou até ao início da década de 1980, sombreando a ação dos diretores no período pós-25 de Abril de 1974 e retardando a modernização técnica que se impunha nos serviços da Biblioteca Nacional.

Bibliografia activa: *Biblioteca Nacional de Lisboa instalada no antigo Convento de S. Francisco junto ao Chiado-Lisboa: vistas locais e estado de conservação dos livros em 1949*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, [em linha], [Consultado 31 agosto de 2017], disponível em [Biblioteca Nacional Digital](#). CASTILHO, José Feliciano de, *Relatorio acerca da Biblioteca Nacional de Lisboa e mais estabelecimentos annexos*, Lisboa, Typographia Lusitana, 1844-1845, 4 vols. [em linha],[Consultado 29 agosto de 2017], vol. 1 disponível em [Google Livros](#) e vol. 4 [Google Livros](#). CUNHA, Xavier da, “Relatório dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa no primeiro [-quarto] trimestre de 1905”, in *Boletim das Bibliotecas e Archivos Nacionaes*, números 1- 4, Coimbra, 1905; FERRÃO, António, *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920; FERREIRA, João Palma, *Um ano na Direcção da Biblioteca Nacional: Setembro de 1980 – Setembro de 1981*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981; FIGUEIREDO, Fidelino de, *Como dirigi a Biblioteca Nacional: Fevereiro de 1918 a Fevereiro de 1919*, Lisboa, Livraria Clássica Editora A.M. Teixeira, 1919; FONSECA, Faustino da, *Relatório do Director da Biblioteca Nacional de Lisboa: Abril de 1911 a Março de 1912*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912; PEREIRA, Gabriel, *Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Typ.do “Dia”, 1898; PROENÇA, Raul, *O Caso da Biblioteca*, organização, estudos e notas de Daniel Pires e José Carlos González, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988.

Bibliografia passiva: DOMINGOS, Manuela D., LOPES, Inês, OLIVEIRA, António Braz de, *Biblioteca Nacional de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1994; ESTEVENS, Manuel Santos, *Sinopse cronológica da legislação portuguesa sobre Bibliotecas e Arquivos (1796-1948). Ensaio*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1949; *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)*, por Maria Madalena A. De Moura Machado Garcia e Lígia Martins, Lisboa, Biblioteca Nacional 1996; PEREIRA, José Esteves, *O pensamento político em Portugal - António Ribeiro dos Santos*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005; PORTUGAL, Instituto Português do Livro, *Estudos de História de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1º vol., 1983-1983, pp. 7-27; SILVA, Inocêncio Francisco da, “António Ribeiro dos Santos”, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, T.I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pp.247-256; PROENÇA, Raúl, “Antecedentes e Origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”, in Anais das Bibliotecas e Arquivos, 2ª série, Lisboa, 1922, pp.154-165. [em linha], [Consultado 26 julho de 2017], disponível em [Biblioteca Nacional Digital](#).

M. Fátima Pinto